

**CEDIN EDITAL Nº 7/2023  
PROCESSO SELETIVO PARA MONITORIA**

O Centro de Estudos em Direito e Negócios – CEDIN, torna pública a abertura de processos seletivos para preenchimento de 04 (quatro) vagas de monitoria para as disciplinas:

- Direito Penal I: Teoria do Crime
- Direito Penal II: Teoria da Pena, Ação Penal e Extinção de Punibilidade
- Direito Empresarial I: Teoria da Empresa e Sociedades Empresariais
- Processo Civil II: Processo de Conhecimento

### **1. DA MONITORIA**

1.1. A monitoria de que trata este edital será voluntária e terá vigência de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogada, iniciando-se em **18/09/2023**.

1.2. A título de benefício, o(a) aluno(a) monitor(a) ganhará 1 (uma) bolsa de extensão do CEDIN, com carga horária de 40 (quarenta) horas-aula, que poderá ser utilizada até o segundo semestre de 2024.

### **2. DAS VAGAS**

2.1. Serão oferecidas 4 (quatro) vagas, conforme o quadro abaixo:

Vaga	Disciplina	Professor	Tipo da Vaga
01	Direito Penal I: Teoria do Crime	Tatiana Badaró	Voluntária
01	Direito Penal II: Teoria da Pena, Ação Penal e Extinção de Punibilidade	Vinicius Dias	Voluntária
01	Direito Empresarial I: Teoria da Empresa e Sociedades Empresariais	Henry Colombi	Voluntária
01	Processo Civil II: Processo de Conhecimento	Behlua Maffessoni	Voluntária

### **3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1. As inscrições deverão ser realizadas pelo e-mail [mariana.bicalho@cedin.com.br](mailto:mariana.bicalho@cedin.com.br), no período de **30 de agosto de 2023 a 04 de setembro de 2023**.

3.2. Poderão se inscrever a vaga deste edital alunos(as) matriculados no curso de graduação em Direito do CEDIN, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.

3.3. O aluno poderá se inscrever para apenas 1 (uma) das vagas e, ocorrendo para mais de uma, o candidato será desclassificado.

3.4. No ato da inscrição, o candidato deverá enviar pelo e-mail:

a) Ficha de inscrição preenchida (ANEXO I);

b) Cópia do currículo.

3.4. O candidato que encaminhar a ficha de inscrição preenchida de forma incompleta ou de forma incorreta ou que não entregar toda a documentação estabelecida no item 3.4 terá sua inscrição indeferida.

3.5. As inscrições deferidas e homologadas serão divulgadas, em ordem alfabética com os nomes dos candidatos.

### **4. DOS REQUISITOS**

4.1. Para inscrição no processo seletivo, o candidato deverá:

a) ter cursado a disciplina vinculada à monitoria na graduação em Direito do CEDIN e nela obtido média igual ou superior 70% (setenta por cento);

b) possuir disponibilidade de tempo para exercer a monitoria conforme o item 7.1;

c) não possuir outra bolsa de monitoria ou outra bolsa vinculada a projeto de ensino, pesquisa ou extensão.

### **5. DA SELEÇÃO**

5.1. A seleção dos candidatos será feita pelo professor da disciplina e pela coordenação do curso.

5.2. A seleção dar-se-á mediante aplicação de prova escrita, conforme cronograma abaixo:

<b>Data</b>	<b>Atividades</b>	<b>Horário</b>
30/08/2023 – 04/09/2023	Realização das inscrições	-
05/09/2023	Homologação das inscrições	-
11/09/2023	Realização da prova escrita	16 horas
15/09/2023	Divulgação do resultado	-

- 5.3. A única fase, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá na realização de prova escrita.
- 5.4. A Prova Escrita será realizada no dia **11/09/2023**, com início às 16h e término às 17h50, na Sede do CEDIN - Rua Paraíba, 1170, Savassi, Belo Horizonte - , e versará sobre os conteúdos da disciplina vinculada à monitoria (ANEXO II).
- 5.5. Na avaliação dos candidatos será analisado o domínio dos conteúdos da disciplina na qual o monitor irá atuar, cabendo a banca avaliadora atribuir uma nota de 0 (zero) a 100 (cem).
- 5.6 O candidato aprovado terá até o dia **18/09/2023** para comparecer ao CEDIN para orientações e início das atividades. O não comparecimento na data prevista ensejará, a critério do CEDIN, a convocação do segundo lugar e assim sucessivamente.

## **6. DOS RECURSOS**

- 6.1. Em qualquer fase do processo seletivo de que trata o presente edital caberá recurso à comissão examinadora e, em segunda instância, a Direção da Faculdade CEDIN, por meio de e-mail [mariana.bicalho@cedin.com.br](mailto:mariana.bicalho@cedin.com.br), em até 2 (dois) dias, contados da disponibilização do resultado.
- 6.2. A comissão terá até 5 (cinco) dias úteis para divulgar o resultado do recurso, junto ao site do CEDIN, sendo irrecurável tal decisão.

## **7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES**

- 7.1. São atribuições e obrigações do aluno monitor:
- auxiliar os professores em tarefas de ensino, incluindo a preparação de material didático, sempre que solicitado;
  - auxiliar os professores na realização de trabalhos práticos e/ou complementares de interesse da disciplina.
  - auxiliar os alunos, orientando-os em trabalhos;
  - constituir elo entre professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
  - participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras;
  - exercer suas tarefas conforme plano de trabalho elaborado juntamente com o(a) professor(a) orientador(a);

- g) cumprir 8 (oito) horas semanais de atividades de monitoria, dividindo igualmente entre os dois turnos, conforme horários preestabelecidos com seu professor(a);
- h) apresentar frequência e elaborar relatório mensal e semestral, em formulários próprios, de suas atividades e encaminhar a Coordenação do Curso, impreterivelmente, até o segundo dia útil do mês.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1. O monitor exercerá suas atividades sob a orientação do(a) professor (a) responsável pela disciplina a qual se inscreveu.
- 8.2. Não existirá qualquer relação de trabalho e/ou emprego entre o candidato e o CEDIN.
- 8.3. As questões omissas neste edital serão analisadas pela Comissão examinadora.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2023

Mariana Ferreira Bicalho  
Diretora do CEDIN



## ANEXO I

DISCIPLINA:

NOME:

NOTA OBTIDA NA DISCIPLINA:

PERÍODO CURSADO:

( ) Declara ter disponibilidade de tempo para exercer a monitoria

DATA E ASSINATURA

## ANEXO

### CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS

#### DIREITO PENAL I: TEORIA DO CRIME

##### 1 Breve histórico da evolução epistemológica do Direito Penal

1. 1.1 O movimento humanitário (século XVIII)
  2. 1.2 Escola Clássica (séculos XVIII e XIX)
  3. 1.3 Escola Positiva (final do século XIX)
  4. 1.4 A moderna escola dogmática alemã (final do século XIX e início do século XX)
  5. 1.5 Escola Técnico-Jurídica (início do século XX)
- 
2. 2 Direito
  3. 3 Princípios constitucionais em matéria penal

##### penal: conceito, objeto e função

1. 3.1 Princípio da legalidade
  2. 3.2 Princípio da culpabilidade
  3. 3.3 Princípio da individualização da pena
  4. 3.4 Princípio da intervenção mínima
  5. 3.5 Princípio da ofensividade ou lesividade
  6. 3.6 Princípio da humanidade
  7. 3.7 Princípio da pessoalidade
- 
4. 4 Teoria da norma penal
    1. 4.1 Classificação das normas penais
    2. 4.2 Concurso de leis penais ou concurso aparente de normas: princípio da especialidade, princípio da subsidiariedade, princípio da consunção e princípio da alternatividade
    3. 4.3 Leis penais em branco
  5. 5 Lei penal no tempo
    1. 5.1 Tempo do crime
    2. 5.2 Irretroatividade da lei penal maligna
    3. 5.3 Retroatividade e ultratividade da lei penal benigna
    4. 5.4 Leis penais temporárias e excepcionais
    5. 5.5 Aplicação no tempo: leis penais em branco, leis processuais penais, lei de execução penal e jurisprudência
  6. 6 Lei penal no espaço
    1. 6.1 Lugar do crime

- 2. 6.2 Critério da territorialidade
- 3. 6.3 Critério da extraterritorialidade
- 7. 7 Teoria do delito: introdução
  - 1. 7.1 Conceito de crime
  - 2. 7.2 Sistemas de teoria do delito
- 8. 8 Teoria da ação
  - 1. 8.1 Modelos: causal, final e social
  - 2. 8.2 Ausência de ação
- 9. 9 Tipicidade

## 9.1 Tipo penal

- 2. 9.2 Desenvolvimento da estrutura da tipicidade
- 3. 9.3 Relação tipicidade e ilicitude
- 4. 9.4 Elementos estruturais do tipo: objetivos-descritivos, normativos e subjetivos
- 5. 9.5 Classificação dos tipos
- 6. 9.6 Nexo de causalidade
- 7. 9.7 Adequação social e princípio da insignificância
- 8. 9.8 Tipo omissivo
- 9. 9.9 Tipo subjetivo: dolo e erro
- 10. 9.10 Crime culposos

## 10 Ilicitude

- 1. 10.1 Estado de necessidade
- 2. 10.2 Legítima defesa
- 3. 10.3 Estrito cumprimento do dever legal
- 4. 10.4 Exercício regular do direito
- 5. 10.5 Consentimento do ofendido
- 6. 10.6 Excesso nas causas de justificação

## 11 Culpabilidade

- 1. 11.1 Teorias da culpabilidade
- 2. 11.2 Imputabilidade
- 3. 11.3 Consciência da ilicitude, erro de proibição e erro de tipo permissivo
- 4. 11.4 Teoria do erro, erro determinado por terceiro e erro sobre a pessoa
- 5. 11.5 Exigibilidade de comportamento diverso: coação moral irresistível, obediência hierárquica e excesso escusável

## 12 Consumação e tentativa

- 1. 12.1 Fundamentos da punição da tentativa
- 2. 12.2 Iter criminis
- 3. 12.3 Tipos de tentativa

4. 12.4 Requisitos da tentativa
5. 12.5 Tentativa inidônea ou crime impossível
6. 12.6 Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior

## 13 Concurso de pessoas

1. 13.1 Teorias do concurso de pessoas
2. 13.2 Requisitos do concurso de pessoas
3. 13.3 Distinção entre autoria e participação
4. 13.4 Tipos de autoria: colateral, mediata, coautoria, coautoria sucessiva
5. 13.5 Participação em sentido estrito
6. 13.6 Punibilidade no concurso de pessoas: participação de menor importância, participação dolosamente distinta e comunicabilidade de circunstâncias
7. 13.7 Concurso de pessoas no crime culposos
8. 13.8 Concurso de pessoas no crime omissivo

## **DIREITO PENAL II: TEORIA DA PENA, AÇÃO PENAL E EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE**

### I. DAS PENAS: CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Conceito de pena
2. Classificação doutrinária das penas
3. Classificação legal das penas na Parte Geral de 1984
4. Fundamentos e fins das penas: Teorias aplicadas as penas
5. Sistemas penitenciários

### II. ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE:

1. Fundamentos da Pena
2. Abolicionismo Penal e Direito Penal Mínimo.
3. Teorias Criminológicas utilizadas na Teoria da Pena.

### III. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Espécies
2. Regimes de cumprimento
3. Regime fechado
4. Regime semi-aberto
5. Regime aberto
6. Determinação do regime inicial para o cumprimento das penas privativas de liberdade
7. Detração penal. Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade.
8. Superveniência de doença mental.

### IV. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Espécies
  - 1.1. Prestação de serviços à comunidade



- 1.2. Interdição temporária de direitos
- 1.3. Limitação de fim de semana
- 1.4. Prestação pecuniária e prestação de outra natureza
- 1.5. Perda de bens ou valores
- 1.6. Pressupostos de aplicação
- 1.7. Conversão

## V. DA MULTA PENAL

1. Conceito
2. Critérios para previsão da multa penal. Critério adotado pela legislação penal brasileira: o critério do dia-multa
3. Fixação da pena de multa
4. Da multa substitutiva

## VI. DA FIXAÇÃO DA PENA

- 6.1. O critério trifásico: art. 68, CP
- 6.2. Circunstâncias agravantes
- 6.3. Circunstâncias atenuantes
- 6.4. Preponderância
- 6.5. Causas de aumento e diminuição da pena
- 6.6. Concurso de causas de aumento e diminuição previstas na parte especial
- 6.7. Transação Penal

## VII. ALGUNS INSTITUTOS DA LEP

1. Progressão
2. Regressão
3. Remissão
4. Direitos do condenado

## VIII. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito
2. Sistemas
3. Requisitos
4. Espécies
5. Condições
6. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção.

## IX. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito
2. Sistemas
3. Requisitos
4. Espécies
5. Condições
6. Período de prova. Revogação. Prorrogação. Extinção.

## X. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO E DA REABILITAÇÃO

## XI. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Espécies: internação em hospital psiquiátrico e tratamento ambulatorial
2. Pressupostos

3. O problema da perigosidade
4. Aplicação
5. Duração das medidas de segurança. Perícia médica. Exame de cessação da perigosidade
6. Medida de segurança substitutiva.
7. Extinção da punibilidade e medida de segurança.

## XII. DA AÇÃO PENAL

1. Conceito
2. Espécies
3. Da Ação Penal Pública: condicionada e incondicionada
4. Denúncia, representação do ofendido, requisição do Ministro da Justiça
5. Da ação penal de iniciativa privada
6. Da queixa
7. Da ação penal privada subsidiária da pública

## XIII. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito
2. Escusas absolutórias, causas de extinção da punibilidade e condições objetivas de punibilidade
3. Morte do agente
4. Anistia, graça e indulto
5. Renúncia
6. Perdão do ofendido
7. Perdão judicial
8. Retratação
9. Decadência e preempção
10. Da prescrição. Prescrição da pretensão punitiva. Prescrição da pretensão executória. Prescrição intercorrente. Prescrição retroativa. Prescrição em perspectiva. Prescrição e legislação especial: visão geral.

## **DIREITO EMPRESARIAL I: TEORIA DA EMPRESA E SOCIEDADES EMPRESARIAIS**

### UNIDADE 1: Aspectos históricos e princípios gerais do Direito Empresarial

- Evolução histórica e objeto do Direito Empresarial
- Princípios gerais do Direito Empresarial

### UNIDADE 2: A Empresa e o Empresário

- Conceito de Empresa e de Empresário
- O empresário individual e as sociedades empresárias
- Capacidade e impedimentos ao exercício da atividade empresária
- O nome empresarial e sua proteção jurídica
- O registro público empresarial e atividades afins: distinções e casos especiais de registro (S/A, cooperativas, empresários rurais e sociedades advogados)
- Consequências do registro irregular

## UNIDADE 3: Estabelecimento Empresarial

- Conceito de estabelecimento empresarial e seus elementos corpóreos e incorpóreos
  - Estabelecimento virtual
  - A proteção ao ponto empresarial e a ação renovatória
- Alienação de estabelecimento (trespasse)

## UNIDADE 4: Propriedade Intelectual

- Noções gerais acerca da Propriedade Intelectual: tutela jurídica e registro
- Direitos autorais
- Propriedade Industrial: marcas, patentes e modelos de utilidade
- Casos especiais: Softwares, cultivares e topografia de circuitos integrados
- Negócios jurídicos sobre a Propriedade Intelectual

## UNIDADE 5. O pequeno empresário e o Estatuto da Micro e Pequena Empresa

- MEI, ME e EPP: conceitos e distinções
- Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento
- Tratamento tributário diferenciado
- Tratamento favorecido nos âmbitos civil, processual, trabalhista e administrativo

## UNIDADE 6: Teoria Geral das Sociedades

- Personalidade jurídica e limitação de responsabilidade
  - Desconsideração da personalidade jurídica
  - Regime societário geral (sociedade simples);
- o Contrato Social
- o Direito e Obrigações dos Sócios
- o Administração da Sociedade
- o (Re)apresentação da Sociedade em relação a terceiros o Resolução parcial e dissolução da sociedade
- As Sociedades tipificadas no Código Civil
- ## UNIDADE 7: A Sociedade Limitada
- Origem, evolução histórica e relevância socioeconômica das LTDA
  - Natureza jurídica contratual e limitação de responsabilidade
  - O capital social e sua divisão em quotas de responsabilidade limitada
  - A Administração da Sociedade Limitada
  - Fiscalização da Sociedade Limitada (Conselho Fiscal)
  - Deliberações Societárias: assembleias e reuniões
  - Expulsão extrajudicial de sócio (art. 1.085, Código Civil)

## PROCESSO CIVIL II: PROCESSO DE CONHECIMENTO

1. Apresentação do plano de ensino e noções básicas
2. Processo de conhecimento: Formação, suspensão e extinção do processo.

- 3. Atos processuais
  - 3.1 Forma, tempo e lugar
  - 3.2 Comunicação: citação, intimação e cartas
  - 3.3 Prazos. Verificação e penalidades
  - 3.4 Preclusão
  - 3.5. Nulidades no processo
- 4. Petição inicial
  - 4.1. Requisitos
  - 4.2. Pedido
  - 4.3. Distribuição e registro
- 5. Tutela Provisória
  - 5.1 Disposições gerais
  - 5.2 Tutela de urgência: cautelar e antecipada.
  - 5.3 Tutela da evidência.
- 6. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido
- 7. Audiência de conciliação ou mediação
- 8. Resposta do réu
  - 8.1 Contestação
  - 8.2 Reconvenção
  - 8.3. Revelia
- 9. Providencias preliminares
- 10. Julgamento conforme o estado do processo
  - 10.1 Extinção
  - 10.2 Julgamento antecipado do mérito
  - 10.3 Julgamento antecipado parcial do mérito
- 11. Saneamento e organização do processo
- 12. Teoria geral da prova
  - 12.1 Conceito
  - 12.2 Objeto
  - 12.3 Fontes e meios
  - 12.4 Ônus: inversão e distribuição dinâmica
  
  - 12.5 Momento da produção
  - 12.6 Produção antecipada da prova
- 13. Provas em espécie
  - 13.1 Ata notarial
  - 13.2 Depoimento pessoal
  - 13.3 Confissão
  - 13.4 Exibição de documento ou coisa
  - 13.5 Prova documental. Arguição de falsidade.
  - 13.6 Documentos eletrônicos
  - 13.7 Prova testemunhal
  - 13.8 Prova pericial
  - 13.9 Inspeção judicial
  - 13.10. Provas atípicas

- 14. Audiência de instrução e julgamento
- 15. Sentença, coisa julgada e ação rescisória
- 16. Liquidação de sentença
- 17. Convenções processuais
  - 17.1 Conceito
  - 17.2 Espécies
  - 17.3 Requisitos de validade
  - 17.4 Limites
  - 17.5 Aplicações práticas
  - 17.6 Calendarização do processo